

A Evidenciação do Ativo Intangível em Empresas Maranhenses

The Evidence of Intangible Active in Maranhenses Companies

José Washington de Freitas Diniz Filho¹

Miverson Silva Damasceno²

Resumo

Após a publicação da Lei 11.638/07, a contabilidade nacional teve que adotar os padrões internacionais de contabilidade. Com essas mudanças, surge no cenário contábil brasileiro a figura do ativo intangível, o qual visa registrar todos os elementos patrimoniais incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. A correta evidenciação do ativo intangível pode ser uma importante ferramenta de valorização e maximização dos resultados empresariais de uma empresa, conforme estudos no Brasil e no Mundo. Assim, a apresentação deste artigo fará uma descrição sobre como as empresas maranhenses e de empresas que possuem filiais no estado Maranhão estão inserindo os seus ativos intangíveis em seus demonstrativos contábeis, para valorização própria, e mostrar que a inserção dos intangíveis ainda é um grande desafio. Além disso, o objetivo principal dessa pesquisa é verificar como as empresas situadas no estado do Maranhão estão divulgando em suas demonstrações contábeis o ativo intangível e analisar se o tamanho da empresa e os seus resultados promovem algum tipo de influência no nível de evidenciação do ativo intangível. Para atingir esse objetivo, utilizou-se uma pesquisa do tipo descritiva e quantitativa, já que foi utilizada a modelagem Regressão Linear Múltipla. Os resultados indicaram que todas as empresas utilizadas na pesquisa não estão evidenciando corretamente o seu ativo intangível em conformidade com as normas de contabilidade nacional. Além disso, foi observado que o tamanho da empresa e os resultados promovem uma significativa influência no nível de evidenciação do ativo intangível.

Palavras-Chave: Ativo Intangível. Regressão Linear Múltipla. Resultados das Empresas.

Abstract

After the publication of Law 11.638/07, national accounting had to adopt international accounting standards. With these changes, appears in the Brazilian accounting scenario the intangible asset figure, which aims to register all intangible heritage elements for the company's maintenance or exercised for this purpose. The correct evidenciation of intangible assets can be an important valuation tool and maximize the business results of a company, according to studies in Brazil and the world. So, the presentation of this article will do a description of how the maranhenses companies and companies that have branches in Maranhão are entering the intangible assets in its accounting statement, to own appreciation, and show that the insertion of intangibles is still a major challenge. The main objective of this research is to verify how the companies situated in the states of Maranhão are disclosing in its accounting statements the intangibles asset and analyze if the size of the

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor de Pós-Graduação e Graduação da Universidade Ceuma (UNICEUMA). Contador da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: jwfd@hotmai.com.

² Graduado do curso de Ciências Contábeis da Universidade Ceuma (UNICEUMA). E-mail: msd.28victoria@hotmai.com.

company and the results promote some kind of influence in the level of evidenciation of the intangible asset. To achieve that goal, it was used a research of the kind descriptive and quantitative, given that was used the modeling Multiple Linear Regression. The results indicated that all of the companies used in the research are not evidencing correctly its intangible assets in compliance with the norms of national accounting. Besides that, been observed that the size of the company and the results promote a significant influence on the level of evidenciation of the intangible asset.

Keyword: Intangible Asset. Multiple Linear Regression. The Company's Results.

1. INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis são uma poderosa ferramenta utilizada pelos analistas de investimentos na tomada de decisão na aquisição de títulos de valores mobiliários no mercado de valores mobiliários nacional. Contudo, muitos estudos (PEREZ e FAMÁ, 2006; ANTUNES *et al.*, 2007; MENESES *et al.*, 2011) destacam que as Demonstrações Contábeis das empresas brasileiras, elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade, não identificam a potencialidade econômico – financeira das empresas, já que, ou não identificam, ou identificam de forma subavaliativa o ativo intangível em seus relatórios financeiros.

Logo, os ativos intangíveis são elementos patrimoniais incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido (Lei nº 11.638, de 2007). Contudo, para que sejam reconhecidos e mensurados na contabilidade e nos relatórios financeiros das entidades, esses ativos devem obedecer alguns requisitos, tais como: ser considerado não monetário e identificável sem substância física; ser identificável e controlável; e gerar benefícios econômicos futuros. Além disso, Meneses (2011) destaca que mesmo havendo uma padronização para o reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis é bastante provável que as empresas utilizem-se da discricionariedade ao definir o nível dessa divulgação.

Sendo assim, devido a relevância do ativo intangível na conjuntura patrimonial das empresas e em seus resultados, o propósito deste estudo consiste em responder as seguintes questões: como as empresas maranhenses estão evidenciando os ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis? Quais variáveis influenciam o nível de divulgação do ativo intangível nas demonstrações contábeis das empresas maranhenses?

Antunes *et al.* (2007) evidenciam ainda que a realidade empresarial moderna tem demonstrado o desenvolvimento de trabalhos na área de mensuração de ativos intangíveis, assim como os impactos causados ao patrimônio das organizações, devido a relevância que tais elementos patrimoniais representam para o desempenho e continuidade das organizações.

Desta forma, o objetivo principal deste artigo é identificar como as empresas localizadas no estado do Maranhão estão inserindo os seus ativos intangíveis em sua conjuntura patrimonial para valorização própria e maximização do seu desempenho.

Nessa perspectiva, constata-se que as empresas localizadas no Estado do Maranhão têm explorado suas vantagens competitivas ante outras empresas vindas de outros estados e estão cada vez mais se preparando, através da busca de inovações tecnológicas e modernizações, para poderem se sobressair em seus mercados de atuação, além do aumento constante da competitividade entre as empresas do estado. Portanto, justifica-se a importância desse trabalho com a maximização da evidenciação dos Ativos Intangíveis

como fator de diferenciação e aumento da competitividade de entidades localizadas no estado do Maranhão.

Corroborando com o exposto, Kayo (2006) afirma que o valor econômico de uma empresa é obtido pela agregação dos seus ativos tangíveis e intangíveis. Os ativos intangíveis, em particular, têm ocupado um lugar de destaque em importância na formação desse valor. Uma evidência disso é o crescimento do índice de valor de mercado da empresa em relação ao seu valor contábil (*market-to-book ratio*).

Como bem destaca Lev (2001) em seu estudo, ao afirmar que o índice de valor de mercado sobre valor contábil das empresas americanas cresceu de 1 (nos anos 80) para 6 (em 2001). Esse crescimento está relacionado à grande valorização do preço das ações nesses últimos anos. Essa valorização, por sua vez, pode ser derivada da crescente importância que os investidores passaram a atribuir aos ativos intangíveis como a marca, a inovação, os ativos humanos, entre outros. Isso tem se tornado um forte aliado na busca incessante por inovações, tecnologias, estratégias e espaço no mercado em que atuam. Enfim, sobreviver em meio a tanta competitividade tem se mostrado uma realidade no dia-a-dia das empresas.

Além disso, o presente trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda é apresentado o referencial teórico. Na terceira, os procedimentos metodológicos utilizados. No quarto, a análise dos resultados que foram encontrados na pesquisa e; por fim, na última seção apresentam-se as principais conclusões do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Importância da Evidenciação do Ativo Intangível

Com as mudanças ocorridas na contabilidade, principalmente nos ativos intangíveis e com os desafios da atualidade, é preciso rever a importância dos ativos da empresa, o que eles representam como patrimônio, sua relevância, suas vantagens e o que eles podem inserir de valores tangíveis e intangíveis.

Meneses *et al.* (2011) destacam que a essência da contabilidade é representada pela evidenciação (*disclosure*) dos fatos administrativos que são realizados no âmbito das organizações diariamente e objetiva proporcionar, aos usuários interessados no processo decisório informações, a posição patrimonial dessas entidades.

Conforme Marion (2009), o conhecimento tem exercido um papel fundamental no processo de criação de valor das empresas. Funcionários bem treinados, programa de recursos humanos, incentivos dados aos funcionários para a inovação, sinergia entre os programas de treinamento e os objetivos da empresa, entre outros aspectos, tem sido um diferencial das empresas na geração de resultados.

Hoss (2010) informa que é muito importante, na era do conhecimento, que o ativo intangível seja corretamente reconhecido, já que representa, em muitas situações, o maior valor das empresas, mas geralmente não são mensurados nas demonstrações contábeis das empresas e, quando são, são registrados de forma desconforme com as normas contábeis vigentes.

Cabe destacar, que o ativo intangível, muitas vezes, não está totalmente evidenciado nas demonstrações contábeis. Entretanto, todo ele é considerado relevante, conforme cita Pinto (2003), incluindo o que é gerado internamente. Além disso, para a Contabilidade Gerencial, os ativos intangíveis gerados internamente são informações de grande relevância para os usuários internos e externos à entidade, até superiores às próprias informações para

ativos tangíveis, já que avaliaria o desempenho fundamental da empresa (KAPLAN e NORTON; 1997).

Por conseguinte, os ativos intangíveis gerados internamente, apesar de não aparecerem na contabilidade financeira em um primeiro momento em razão da dificuldade por sua mensuração e outras razões, aparecem, formalmente, em processos contábeis conhecidos como combinações de negócios. Segundo Carvalho *et al.* (2006), as combinações de negócios dentre as normas do International Accounting Standards Board (IASB) permitem e exigem a contabilização de ativos intangíveis mesmo os gerados internamente na adquirida. Isso ocorre em função da necessidade de precificar todos os ativos no ato de uma aquisição. Uma reflexão conceitual permite compreender que a contabilidade gerencial já poderia investigar a presença de ativos intangíveis gerados internamente na empresa. Todavia, para isso, necessário se torna que haja interesse de usuários internos para obter essa informação.

Para Antunes (2006), a controladoria tem função de definir investimentos em ativos intangíveis, mas a grande justificativa para ausência de sistemas estruturados de mensuração desses investimentos seria a dificuldade para mensurá-los. É importante ressaltar, que há exceções para valores relacionados a ativos intangíveis gerados internamente, uma vez que têm reconhecimento exigido na contabilidade financeira. No entanto, esses elementos exigidos sofrem intensa regulação, como projetos de softwares e novos produtos quando na fase desenvolvimento e não de pesquisa.

Sendo assim, como estamos na era do conhecimento, buscar novos recursos para poder assim tratar com mais eficiência o controle dos intangíveis se tornou uma questão menos complicada, devido à soma aos demais fatores de produção já existentes. Assim como terra, capital e trabalho, o conhecimento veio para estabelecer uma nova estrutura de relação econômica, pois como é próprio do ser humano, acaba por se tornar o fator chave nesta nova lógica econômica. Assim, o uso do conhecimento, combinado com novas tecnologias, passou a gerar benefícios que começaram a se refletir na percepção de valorização das empresas (ANTUNES *et al.*; 2007).

2.2. Significado do Ativo Intangível no Patrimônio das Empresas

Lev (2001) afirma em estudo que o Ativo intangível é aquele que apresenta expectativas de benefícios futuros e que não possui uma personificação física ou financeira. Podem também ser vistos como estrategicamente importante para o sucesso de qualquer organização e um diferencial de mercado para quem os detêm e os mantêm atualizados.

Sousa (2014) reforça dizendo que Ativo Intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física (bem de existência abstrata ou bem intangível) que segue o alinhamento das Normas Contábeis Brasileiras com as Normas Contábeis Internacionais.

Vários são os estudos que estabelecem o toque como elemento diferenciador do ativo intangível e definem esses ativos como bens incorpóreos, ou sem existência física, e que geram algum tipo de benefício econômico futuro. Entretanto, não é a posse que vai definir o ativo como intangível e sim a existência do controle da exploração por aquele que o detém, independente da existência de propriedade, prevalecendo sempre a essência sobre a forma (HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999; SCHMIDT e SANTOS, 2009; e IUDÍCIBUS, 2010).

Além disso, a criação da Lei nº 11.638, de dezembro de 2007, tem a incumbência de alinhar os pronunciamentos técnicos de contabilidade com as normas internacionais para que o Brasil possa apresentar um cenário contábil internacional mais global e transparente. Sabe-se, porém, que esta não é uma tarefa fácil, pois apesar desta lei ter completado seis anos, ainda há muitas dúvidas por parte dos profissionais e estudantes da área Contábil, principalmente quanto à contabilização nas empresas.

Corroborando com o exposto, Crisóstomo (2009) afirma que os ativos intangíveis são constituídos por três aspectos principais: a definição, o reconhecimento, e o tratamento de mudanças de valor, ou de aspectos de mensuração. Contudo, essas três características são utilizadas pelo sistema contábil nacional sem que haja uma completa uniformização.

Segundo Iudícibus *et al.* (2009), a nova lei inseriu, em sua maioria, disposições de natureza contábil, mas ressaltam que alguns ajustes relativos à tributação e de outra natureza também foram feitos. Os autores ainda destacam que muitas normatizações precisam ser emitidas pelos órgãos próprios e reguladores para que se tenha um conjunto de regras homogêneas nos diversos setores. Neste quesito, se faz importante destacar que a nova lei admite que o processo de normatização contábil seja centralizado em uma entidade.

Conforme desenvolve Martins (2002), grande parte dos ativos intangíveis contabilizáveis pelas normas contábeis atuais no Brasil decorrem de gastos já incorridos, mas cujos respectivos benefícios ainda não ocorreram. Os atributos dos intangíveis com essas características anteriormente mencionadas não são avaliados pelos seus valores econômicos, mas sim pelos seus custos históricos incorridos. Isso evidencia uma questão relevante de divergência entre a premissa econômica e a normativa.

Cabe salientar também, que um dos benefícios dos intangíveis, ou melhor, uma das vantagens que eles podem incrementar na organização é que, quando identificados e inseridos, o seu valor se dá com o tempo e a forma com que eles são usados. Por exemplo, o capital intelectual não é palpável, nem mensurável, mas é imprescindível e indispensável em qualquer organização. Como consequência desse fato, conforme apontado por Cañibano *et al.* (2000), pode-se verificar grandes diferenças entre o valor contábil e valor de mercado de empresas, causado por investimentos em intangíveis, como um fator responsável para esta situação.

Outra vantagem que pode ser destacada é a marca, que é responsável pela geração de valor, de modo que permite a empresa agregar cada vez mais valor ao seu produto final, ao mesmo tempo em que se tornam pontos fortes contra a concorrência, uma vez que são únicas, sendo assim difíceis de serem copiadas. Bruni e Junior (2006) explicam a falta de consenso para avaliação e mensuração de força das marcas apesar de salientarem sua importância para a geração de valor nas empresas. Lev (2001) explica que a falta de mercado para a negociação, dificuldade para a negociação, a duração limitada (risco inerente) e a falta de controle completo são dificuldades para o reconhecimento contábil de ativos intangíveis.

É pertinente destacar, que os intangíveis surgem como fator preponderante e adicional nos processos de avaliação de empresas, pois eles contribuem muito mais para o valor do seu produtos ou serviço final, comparado com os seus ativos tangíveis, já que as empresas vêm observando que o valor contábil de seus ativos fixos, em muitos casos, vem diminuindo em relação ao seu valor de mercado já que este valor está sendo medido em termos da capacidade que possuem de exploração do conhecimento e demais elementos intangíveis (ANTUNES *et al.*; 2007).

Conforme se pode observar, o registro dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis das empresas pode ser um elemento diferenciador na geração de resultados, no desempenho e na própria continuidade de um negócio, o que levou diversos pesquisadores a trabalharem essa temática. Antunes *et al.* (2009) observaram, por meio da divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2008, como se comportava a aderência de 100 empresas de capital aberto, e registrados Novo Mercado da BM&F Bovespa, em relação ao registro contábil do ativo intangível dessas empresas. Segundo o estudo, os autores constataram que o principal intangível registrado nas demonstrações eram os *softwares*, e em segundo lugar, o ágio (*goodwill*).

Por um lado, estudo realizado por Perez e Famá (2006) mostra que empresas que possuem uma política empresarial de controle e fidedignidade no registro dos ativos intangíveis apresentam melhor desempenho quando comparadas a empresas com mais ativos tangíveis. Por outro lado, Antunes et al. (2007) constataram em sua pesquisa, a qual consistia na opinião de 18 analistas de investimento do Novo Mercado da BM&F Bovespa, que as informações para a correta avaliação das empresas eram insuficientes devido ao registro inadequado do ativo intangível dessas organizações.

Em estudo realizado por Colauto *et al.* (2009) foi coletado a evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos de 80 empresas brasileiras de capital aberto e verificaram se havia relação entre as informações sobre tais intangíveis e o desempenho econômico das empresas. Os autores constataram que as empresas do Novo Mercado e do Nível 1 que possuíam maior valor de mercado tendiam a evidenciar mais características intangíveis nos relatórios da administração.

3. METODOLOGIA

3.1. Enquadramento Metodológico

O presente trabalho caracteriza-se por ser do tipo descritivo, pois se objetivou verificar o comportamento da evidenciação do ativo intangível nas empresas maranhenses e quais variáveis podem impactar nessa evidenciação.

Esse tipo de pesquisa, conforme aponta GIL (2008), objetiva descrever a característica de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento da relação entre variáveis.

O método de pesquisa utilizada apresenta uma abordagem quantitativa, já que será utilizado instrumental estatístico na análise dos dados.

Para Silveira e Córdova (2009), a pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana.

Quanto ao delineamento, o estudo desenvolveu-se em bases bibliográfica e documental, já que recorreu a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas e recorreu também a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico.

3.2. Modelo teórico

Quanto à modelagem estatística, foi utilizada no trabalho a sistemática de regressão linear múltipla com a adoção de dados em corte. Sartoris (2003) informa que análise de regressão linear múltipla é uma modelagem econométrica que promove uma relação entre uma variável dependente Y com várias variáveis X , objetivando identificar a melhor função que descreve a relação entre estas variáveis.

Matematicamente, a regressão linear múltipla é descrito pela Equação (1):

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_p X_{pi} + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que Y_i define a variável dependente, $X_i = (X_{1i}, X_{2i}, \dots, X_{ni})$ é o conjunto de variáveis independentes que serão testadas no modelo, tal que β é um vetor de parâmetros

do modelo e ε_i são as perturbações aleatórias não correlacionadas entre si contemporânea ou temporalmente, sendo que as perturbações são $\varepsilon_i \sim i.i.d.(0, \sigma^2)$.

Complementarmente a aplicação da modelagem, com a finalidade aprofundar as análises e buscar evidências estatísticas do direcionamento das relações entre as variáveis estudadas, procedeu-se o teste de Heteroscedasticidade de White. Para Gujarati (2006), esse teste pode ser considerado um teste geral, já que mede a adequação do modelo a três pressupostos de um método de regressão linear: a Homocedasticidade dos termos de erro, a especificação linear correta do modelo e a independência dos resíduos em relação aos regressores.

Corroborando com o exposto, Greene (2002) afirma que no teste de Heteroscedasticidade de White é feita uma regressão auxiliar onde a variável dependente é o resíduo ao quadrado e os regressores são os próprios regressores da regressão original, seus quadrados e os produtos cruzados, conforme Equação (2):

$$\varepsilon_i^2 = \gamma_1 + \gamma_2 X_{2i} + \gamma_3 X_{3i} + \gamma_4 X_{2i}^2 + \gamma_5 X_{3i}^2 + \gamma_6 X_{2i} X_{3i} + \mu_i \quad (2)$$

Além disso, foram realizados os testes de Normalidade dos resíduos e Multicolinearidade dos resíduos, objetivando confirmar se determinada série está conforme a distribuição esperada e se as variáveis não estão fornecendo informações semelhantes para explicar e prever determinado fenômeno, respectivamente.

3.3. Modelo analítico

Depois de apresentadas as etapas referentes aos procedimentos estatísticos, definiu-se o modelo analítico, o qual permite verificar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do ativo intangível nas demonstrações contábeis das empresas maranhenses, de forma a identificar os efeitos de tais relações.

A proposição sugestionada refere-se ao fato de que pode haver uma relação entre o grau de evidenciação do ativo intangível com o tamanho e o retorno das empresas localizadas ou com filiais no estado do Maranhão.

Partindo do modelo apresentado na Equação (1), o modelo empírico apresenta a seguinte especificação, conforme Equação (3):

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_p X_{pi} + \varepsilon_i \quad (3)$$

Em que Y_i assume a variável dependente *índice de Evidenciação do Ativo Intangível*, X as variáveis independentes que medem o ativo bruto e os retornos da empresa e ε_i corresponde ao termo de erro aleatório, o qual assume média zero e variância constante.

3.4. Coleta dos Dados e Construção da Base de Dados

Para o desenvolvimento do modelo proposto, utilizou-se uma base de dados secundária, proveniente das notas explicativas de demonstrações contábeis do exercício social de 2014 de 10 empresas de origem maranhense ou que possuem filiais no estado do Maranhão, que podem ser encontradas no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

Como variável dependente, foi utilizado o *índice de Evidenciação do Ativo Intangível*, o qual foi elaborado a partir de um *check-list* com 17 itens, conforme quadro 01,

estruturado na pesquisa de Moura *et al.* (2011), que foi baseado nas especificações do CPC 04 (R1).

Para encontrar o índice, observou-se, tomando por base as notas explicativas e as demonstrações contábeis, a obediência das empresas aos 17 itens. Caso a empresa maranhense estivesse obedecendo ao item, então se adota um “S” de sim. Caso não utiliza-se um “N” de não.

Quadro 01: *check-list* utilizado para obtenção da variável dependente

<p>I – Valor do Intangível/Amortização</p> <p>01 – Informações sobre intangíveis separados em classes</p> <p>02 – Valor de custo do intangível no final do período</p> <p>03 – Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período</p> <p>04 – Valor líquido do intangível no final do período</p> <p>05 – Valor de custo do intangível no início do período</p> <p>06 – Eventual amortização acumulada no início do período</p> <p>07 – Valor líquido do intangível no início do período</p> <p>08 – Amortização reconhecida no período</p> <p>II – Vida útil</p> <p>09 – Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida</p> <p>10 – Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil</p> <p>definida ou indefinida</p> <p>11 – Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas</p> <p>12 – Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida</p> <p>III – Conciliação do valor contábil</p> <p>13 – Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída</p> <p>14 – Informações sobre adições, baixas e transferências</p> <p>15 – Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas</p> <p>16 – Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável</p> <p>IV – Informação adicional</p> <p>17 – Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período</p>

Fonte: Adaptado de Moura *et al.* (2011) e do CPC 04 (2010).

Além disso, foram utilizadas como variáveis independentes o ativo total das empresas (tamanho da empresa) e dois índices de rentabilidade: o Retorno sobre o Ativo e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido.

Por retorno sobre o ativo, devemos entender como a razão entre o lucro líquido do exercício e o ativo total, que visa medir o retorno sobre a ótica da empresa. Já por retorno sobre o patrimônio líquido, a razão entre o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido, o qual visa identificar o retorno do empreendimento sob a ótica do acionista.

As variáveis, como também as definições e as unidades de medida estão expostas no Quadro 2.

Quadro 2: Variáveis, definições e unidades de medidas

VARIÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO MODELO EMPÍRICO
Índice de Evidenciação Intangível	%	Ind. Intang.

Ativo Total	R\$ milhares ou milhões	AtivoT
Retorno Sobre Ativo	%	RTA
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	%	RPL

Fonte: Elaborada pelos Autores.

4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Evidenciação do Ativo Intangível nas Empresas Maranhenses

Conforme se pode observar na tabela 01, de todas as empresas maranhenses que participaram da pesquisa, encontrou-se o percentual por item dos 17 utilizados no *checklist* das entidades que evidenciaram em suas demonstrações contábeis e em suas notas explicativas o seu ativo intangível.

Conforme se pode observar, os itens 02 (Valor de custo do intangível no final do período), 04 (Valor líquido do intangível no final do período), 05 (Valor de custo do intangível no início do período) e 07 (Valor líquido do intangível no início do período) foram os itens mais obedecidos na adoção do CPC 04, já que 100% das empresas maranhenses utilizadas na pesquisa respeitaram a evidenciação dos mesmos.

Contudo, os itens 10 (Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil), 12 (Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida), 15 (Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas), 16 (Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável) e 17 (Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período) foram os itens menos obedecidos pelas empresas maranhenses, com percentuais que vão de 0% a 20%, com destaque especial para o item 17, pois nenhuma empresa evidenciou os seus gastos com pesquisas e desenvolvimento nas notas explicativas e nem nas demonstrações contábeis.

Tabela 01: Resumo das evidenciações por item

ITEM DE EVIDENCIAÇÃO	TOTAL	EVIDENCIAÇÃO	PERCENTUAL
I – Valor do Intangível/Amortização			
01 - Informações sobre intangíveis separados em classes	10	8	80
02 - Valor de custo do intangível no final do período	10	10	100
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período	10	9	90
04 - Valor líquido do intangível no final do período	10	10	100
05 - Valor de custo do intangível no início do período	10	10	100
06 - Eventual amortização acumulada no início do período	10	9	90
07 - Valor líquido do intangível no início do período	10	10	100
08 - Amortização reconhecida no período	10	9	90
II – Vida útil			
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida	10	7	70
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os	10	2	20

A evidenciação do ativo intangível

fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil			
11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas	10	8	80
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	10	1	10
III – Conciliação do valor contábil			
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	10	8	80
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências	10	8	80
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas	10	1	10
16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável	10	2	20
IV – Informação adicional			
17 – Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período	10	0	0

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborada pelos Autores.

Após realizar análise do comportamento da evidenciação do ativo intangível para cada item de divulgação, proposto por Moura *et al.* (2011) e de acordo com o CPC 04 (2010), foi elaborada a tabela 02, onde são destacados os índices de evidenciação por grupo de divulgação.

Observando a mesma, constata-se que dentre os grupos de evidenciação do ativo intangível o I (Valor do Intangível/Amortização) foi o que apresentou maior representatividade, com a marca de 94%. Isso significa que praticamente todas as empresas que participaram da pesquisa, ao elaborarem as suas notas explicativas e suas demonstrações contábeis, registraram os oito itens do grupo I.

Por outro lado, o grupo de evidenciação IV foi o que apresentou menor registro dentre os demais grupos. Ele apresentou o valor relativo de 0%, o que significa que todas as empresas utilizadas no trabalho negligenciaram o registro dos gastos com pesquisas e desenvolvimento de novos produtos.

Quanto aos grupos II e III, os mesmos apresentaram valores intermediários, em relação aos outros dois grupos estudados, registrando os valores de 45% e 47,5%, respectivamente.

Tabela 02: Resumo das evidenciações por grupo (I, II, III e IV)

ITEM DE EVIDENCIAÇÃO	TOTAL	EVIDENCIAÇÃO	PERCENTUAL
I – Valor do Intangível/Amortização	80	75	94
II – Vida útil	40	18	45
III – Conciliação do valor contábil	40	19	47,5
IV – Informação adicional	10	0	0

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborada pelos Autores.

Subsequentemente, foi elaborada a tabela 03, a qual serve para demonstrar o comportamento da evidenciação do ativo intangível em cada empresa maranhense que participou da pesquisa.

Pode-se constatar, conforme a tabela, que as duas empresas com maior índice de evidenciação do seu ativo intangível são a VALE e a CEMAR, com 88% e 82%, respectivamente.

Já SUZANO, ELETRONORTE e SER EDUCACIONAL, apresentaram um mesmo nível de evidenciação do ativo intangível, com 71% cada um, seguidos por CIMAR e RENOSA, os quais também apresentaram um mesmo percentual de 53%.

Contudo, a empresa SÁ CAVALCANTE foi a que apresentou o menor nível de evidenciação dentro das empresas maranhenses. Ou seja, do seu ativo intangível, apenas 24%.

Fazendo um paralelo com estudos nacionais, Avelino *et al.* (2012) observaram em 63 empresas listadas na carteira teórica do Ibovespa para o quadrimestre de maio a agosto de 2011 que o nível de evidenciação do ativo intangível dessas empresas variava entre 24% a 88%, resultado semelhante ao encontrado nas empresas maranhenses em nossa pesquisa.

Tabela 03: Evidenciações do Ativo Intangível por Empresa

EMPRESAS	PERCENTUAL DE EVIDENCIAÇÃO
VALE	88
CEMAR	82
SUZANO	71
ELETRONORTE	71
SER EDUCACIONAL	71
ALCOA	65
PARNAIBA GÁS NATURAL	65
CIMAR	53
RENOSA	53
SÁ CAVALCANTE	24

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborada pelos Autores.

4.2. Elementos que Influenciam o Nível de Divulgação do Ativo Intangível das Empresas Maranhenses

Após verificarmos o comportamento do grau de evidenciação do ativo intangível das empresas maranhenses, vamos agora identificar quais variáveis influenciam esse grau de evidenciação.

O primeiro passo em nossa pesquisa é verificar o teste F de significância global, objetivando verificar se a modelagem que estamos utilizando é útil para explicar a influência das variáveis AtivoT, RPL e RTA sobre a variável dependente Ind. Intang.

Conforme se observa na tab. 04, o valor – P do teste F do modelo está apresentando um valor de 0,003843, significando, estatisticamente, que pelo menos uma variável está relacionada com o índice de evidenciação do ativo intangível e que a modelagem pode ser utilizada na pesquisa.

Logo em seguida, verificou-se o teste de significância individual, objetivando constatar o grau de influência de cada variável independente sobre o Ind. Intang. Sendo assim, para que uma variável independente explique a variável dependente o seu P-valor tem que ser menor que 5%.

Assim, na tabela 04, constata-se que as variáveis independentes AtivoT, RPL e RTA são estatisticamente significantes, já que o Valor P é menor que o nível de significância de 0,05. Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que estas variáveis são

estatisticamente significativas e que as mesmas estão influenciando o grau de evidenciação do ativo intangível nas empresas maranhenses, sendo que as mesmas estão apresentando um P-valor de 0,001 , 0,0061 e 0,05, respectivamente.

Cabe acrescentar, que as variáveis AtivoT e RPL apresentaram um sinal β positivo, o que significa que quanto maior a empresa e melhor o desempenho (resultados) dos acionistas no mercado maranhense, maior é o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis.

Contudo, comportamento contrário foi observado na variável RTA, já que essa variável apresentou um coeficiente negativo, informando que conforme a empresa maximize o resultado sob a ótica da empresa, menor será o índice de divulgação do ativo intangível.

Corroborando com os resultados encontrados em nossa pesquisa, Macagnan (2009) identificou que o grau de evidenciação do ativo intangível de 94 empresas listadas no Mercado Contínuo da Bolsa na Espanha é explicado pelo tamanho (Ativo Total) da entidade. Além disso, Colauto *et al.* (2009) constataram que as empresas do Novo Mercado e do Nível 1 que possuíam melhor desempenho, tendiam a evidenciar mais características intangíveis nos relatórios da administração.

Continuando a análise, o próximo passo foi verificar os valores de R^2 e R^2 ajustado, objetivando identificar quanto as variáveis AtivoT, RPL e RTA explicam o grau de evidenciação do ativo intangível das empresas maranhenses. Conforme resultados encontrados na tabela 04, constata-se que as variáveis independentes explicam 72% do índice de evidenciação do intangível.

Tabela 04: Resultados do Modelo de Regressão com erros-padrão Robustos

Variáveis	β	t	Valor P	Número de Observações	10
AtivoT	2,37E-09	5,906	0,001	F(3, 6)	14,3105
RPL	0,720237	4,1327	0,0061	Prob> F	0,003843
RTA	-1,73328	-2,4327	0,051	R^2	0,717891
Constante	0,633973	18,4641	<0,0001	R^2 Ajustado	0,576837

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos Autores.

Por fim, foi aplicado ao modelo estatístico o teste de Heteroscedasticidade de White, objetivando verificar a constância da Variância dos resíduos. Além disso, complementarmente, foi aplicada a modelagem os testes de Normalidade dos resíduos e de Multicolinearidade, para constatar se as variáveis não estão fornecendo informações semelhantes.

Observando a tabela 05, constata-se que o modelo não está apresentando problemas de Heteroscedasticidade, pois o seu Valor P está registrando uma importância de 0,29 e o nível de significância é a partir de 0,05. Isso significa que a variância entre os resíduos mantém-se em todo o espectro das variáveis independentes e há Homocedasticidade na variância dos resíduos.

Por sua vez, no teste de Normalidade dos Resíduos, foi encontrado um Valor P de 0,07, o que significa que na modelagem apresentada não se rejeita a hipótese nula de que se trata de uma distribuição normal, cumprindo-se assim o pressuposto de normalidade, já que o nível de significância é a partir de 0,05.

Quanto ao teste de Multicolinearidade, encontrou-se uma média entre as três variáveis independentes de 4,92 do VIF (fatores de inflação da variância), o que leva a concluir que os resultados da regressão não estão apresentando problemas de Multicolinearidade. Conforme Gujarati (2006), quanto maior o valor do VIF de uma variável independente, maior a Colinearidade dessa variável.

Tabela 05: Testes dos Pressupostos

Pressupostos	H ₀	Valor P	Nível de Significância
Normalidade dos resíduos	Normalidade dos resíduos	0,07	0,05
Heteroscedasticidade de White	Variância dos resíduos é constante	0,29	0,05
Multicolinearidade	FIV < 10 não há problema de Multicolinearidade	4,92	N/A

Fonte: Resultados da pesquisa com base no *software Gretl*. Elaborada pelos Autores.

Por conseguinte, constata-se que o modelo proposto atende aos pressupostos estatísticos de regressão linear múltipla, sendo ele válido para verificar os efeitos do tamanho e do desempenho no índice de evidenciação do ativo intangível das empresas maranhenses.

05. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ativo intangível é um dos elementos patrimonial que mais contribui para a maximização do desempenho e crescimento das entidades. Nesse contexto, o presente trabalho objetivou verificar o comportamento da evidenciação do ativo intangível e o impacto que o tamanho e o resultado das empresas promovem na evidenciação do ativo intangível de empresas maranhenses. Para isso, utilizou-se a modelagem econométrica Regressão Linear Múltipla, onde o índice de evidenciação do ativo intangível era a variável dependente e ativo total, retorno sobre o ativo e retorno sobre o patrimônio líquido as variáveis independentes do modelo.

Quanto à forma de evidenciação do ativo intangível, constatou-se que as empresas maranhenses estão apresentando um comportamento semelhante às empresas listadas na carteira teórica do Ibovespa, já que o nível de evidenciação do ativo intangível dessas empresas variou entre 24% a 88%. Observou-se que as duas empresas com maior índice de evidenciação do seu ativo intangível são a VALE e a CEMAR, com 88% e 82%, respectivamente, e a empresa SÁ CAVALCANTE foi a que apresentou o menor nível de evidenciação, dentro das empresas com filiais no Maranhão, do seu ativo intangível, apenas 24%.

Desse modo, pode-se inferir que as informações contábeis geradas pelas empresas maranhenses não estão obedecendo, em sua plenitude, as exigências legais. Com isso, se essas empresas não conseguem evidenciar o mínimo necessário exigido pela legislação contábil, então estas, a princípio, poderiam estar deixando de valer-se dos benefícios econômicos - financeiros apontados pela literatura nacional e internacional sobre evidenciação do ativo intangível.

Quanto aos resultados da regressão linear múltipla, foi observado que o ativo total, o retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre o ativo promovem influências sobre o grau de evidenciação do ativo intangível das empresas maranhenses, já que todas as variáveis apresentaram nível de significância individual menor que 5%, corroborando com estudos realizados em nível nacional. Além disso, foram realizados testes de pressupostos sobre os resultados da regressão e se constatou que os mesmos estão livres do problema de Heteroscedasticidade e Multicolinearidade.

Para novos estudos, sugere-se a utilização de outras variáveis independentes, ainda não abordadas em estudos, e aumentar o número de observações (empresas maranhenses),

pois foi a grande limitação detectada na pesquisa, devido a carência de demonstrações contábeis publicadas nesse estado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; SILVA, L. C. P. de; SAIKI, T. G.. **Evidenciação dos ativos intangíveis (capital intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Vol. 16. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ABC, 2009.

ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S.; GUERRA, L. F.. **DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS E SUA UTILIDADE PARA AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS: um estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimentos**. São Paulo: USP, 2007.

ANTUNES, M. T. P.. **A controladoria e o capital intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão**. Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, n. 41. São Paulo: USP, 2006.

AVELINO, B. C., Pinheiro, L. E. T., & Lamounier, W. M.. **Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas**. Revista de Contabilidade e Organizações, Vol.06, n. 14. São Paulo: USP, 2012

CARVALHO L. N.; LEMES, S.; COSTA, F. M. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

COLAUTO *et al.* **Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa**. Revista Contabilidade Vista & Revista, Vol. 20, n. 1, p. 142-169. Minas Gerais: UFMG, 2009.

CRISÓSTOMO, V. L. (2009). **Ativos Intangíveis: Estudo Comparativo dos Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação Adotados no Brasil e em Outros Países**. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Vol. 12, n.º 1, p. 50-68. Brasília: UNB, 2009.

GIL, A. C.. **Métodos e Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 5.ed. New Jersey: Upper Saddle River, 2002.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HOSS, Osni (et. Al). **Gestão de ativos intangíveis: da mensuração à competitividade por cenários**. São Paulo: Atlas, 2010. Outros autores: Claudio Antonio Rojo, Mariana Grapeggia, Almir Ferreira de Sousa, Álvaro Guilherme Rojas Lezana, Delci Grapeggia Dal vesco.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades**. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.. **Contabilidade comercial: atualizada conforme Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

KAPLAN, R. S. & NORTON, D. P.. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAYO, E. K., et. Al. **Ativos Intangíveis, ciclo de vida e criação de valor**. Vol. 10, n. 3, Rio de Janeiro: 2006.

Lev, B.. **Intangibles: management, measurement, and reporting**. Washington: Brookings. 2001.

MACAGNAN, C. B.. **Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis**. Revista Contabilidade & Finanças, Vol. 20, n. 50, p. 46-61. São Paulo: USP, 2009

MARION, J. C.. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, J. C.. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. e SANTOS, A. **Palestra Virtual: A Nova Lei das S/A e a Internacionalização da Contabilidade**. Disponível em: <http://www.cfc.fipecafi.org>. Acesso em: dezembro 2015

MARTINS, V. A. **Contribuição à avaliação do Goodwill: depósitos estáveis, um ativo intangível**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MENESES, A. F.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. **Disclosure de Ativos Intangíveis em Empresas Brasileiras**. In: Congresso ANPCONT, V, 2011. Vitória-ES. Anais... Vitória-ES: ANPCONT, 2011.

MOURA, G. D.*et al.* **Boas Práticas de Governança Corporativa e Evidenciação Obrigatória dos Ativos Intangíveis**. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 2011.

PAIXÃO, R. B.; BRUNI, A. L.; JUNIOR, C. V. O. C. **Precificação e valor: um estudo sobre a influência da força das marcas**. Revista de Contabilidade da UFBA. Vol. 2 n. 1. Bahia: UFBA, 2008.

PEREZ, M. M. e FAMÁ, R.. **Ativos intangíveis e o desempenho empresarial**. *Revista Contabilidade & Finanças*, n. 40, p. 7-24, São Paulo: USP, 2006.

PINTO, Y. P. B. **Estudo do problema da mensuração contábil dos ativos intangíveis**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SARTORIS, A. **Estatística e Introdução à Econometria**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SOUSA, S. A.. **Contabilidade Geral 3D**. 2ª ed. rev.,e atual.e ampl.- Rio de Janeiro: Forense;São Paulo: MÉTODO, 2014.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P.. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, A. M.; BARROS, L. A. e; FAMÁ, R.. **Estrutura de governança e desempenho financeiro nas companhias abertas brasileiras: um estudo empírico**. *Caderno de Pesquisas em Administração* Vol. 10. N. 1, p: 57-71. São Paulo: USP, 2003.

CAÑIBANO, L.; GARCIA-AYUSO, M. e ;SÁNCHEZ, P.. **Accounting for Intangibles: A Literature Review**. *The Journal of Accounting Literature*. Vol. 19, p: 102-130. Espanha: Madrid, 2000.